

APRESENTAÇÃO

Temos, neste número de REDD, a temática dos estudos do trabalho desdobrada em muitas abordagens e em diversos de seus aspectos mais institucionais. Apresentamos desde estudo sobre os novos programas educativos no Brasil, entre os quais a educação a distancia (Sandra Silva) até recuperação crítica de autores clássicos da questão social. Não deixamos de lado o tema das formas alternativas de trabalho, como se pode verificar pela leitura do artigo de **Cabañas, Doppler e Sacco dos Anjos**. Este artigo trata de experiência de economia solidária em produção camponesa, em Chiapas no México. Alguns artigos apresentam contribuições ao estudo e à história das organizações sindicais em suas trajetórias frente ao processo de acumulação, conforme contribuições de **Wander Amaral Camargo, José Antonio Segatto e Frederico Romão**, outros estudos, aqui publicados, referenciam o trabalho à literatura e às abordagens contemporâneas pertinentes a nova Sociologia das Profissões.

Paulo Eduardo Angelin recupera da literatura sobre profissões a importância da consideração de alguns de seus dilemas para a Sociologia do Trabalho. Aponta problemas que se colocam nos estudos do trabalho hoje e que demonstram a sua crescente complexificação. O autor realiza uma revisão bibliográfica sobre o tema e coloca em relevo o conceito de profissionalismo, opondo-se ou substituindo a noção de ocupação. Seja para a gestão, seja para a própria construção da representação, o funcionamento de extensa rede de meritocracias e de consolidação de monopólios institucionalizados do exercício profissional, recortam e comprimem os sentidos das hierarquias dos mercados de trabalho.

São retomados, ainda, temas candentes no debate contemporâneo do trabalho. **Roberta Cunha e Caio Penko** revisitam a já clássica contribuição de Robert Castel em sua empreitada para a compreensão da fugidia **questão social** hoje. **Leonardo Pereira**, por sua vez, coloca em perspectiva as mudanças do trabalho diante das novas estruturas da produção. Diante deste quadro, Guilherme Johnson problematiza quais seriam os **papéis do estado** hoje. Desde que as funções de *welfare state* não mais correspondem ao estado, caberia a ele hoje responsabilidades fortes na manutenção do equilíbrio e da **estabilidade social** e do **controle social**. Novas institucionalidades vão sendo construídas via incentivos à participação social. Distribuem-se rendas aos mais pobres e cresce o empoderamento da sociedade civil nas tentativas multidirecionadas de fazer cumprir direitos em geral. Diante de tantas mudanças, a grande questão que se coloca

poderia ser enunciada em como sustentar a ordem social vigente em suas funções, entre outras, de reproduzir o atual regime de acumulação.

Sandra Silva apresenta um estudo sugestivo sobre os procedimentos que cercam o quadro educacional brasileiro no que se refere à formação e ao perfil do trabalho. Estuda os novos programas de educação pública. Aponta que à crescente exigência de maior qualificação do professorado não foi acompanhada de políticas **decentes** de contratação do trabalho. Professores precários, sem direitos sociais e reconhecimento de contratos trabalhistas. Mudam-se os programas educativos, acrescentam-se versões mais modernas e flexíveis e não se reconhece direitos sociais aos novos profissionais. Problematisa, por tais vias, a precarização do trabalho dos professores e tutores no sistema de Educação a Distância (EAD). Excelentes programas são implementados, mas sem promover a dignidade para o profissional que nele atua. Para tanto, estuda os mecanismos de funcionamento da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Contextualiza, brevemente, a educação no Brasil enquanto calcada aos interesses do capital, portanto, eminentemente técnica e pragmática sem preocupação com a formação, aprendizagem e reflexão de seus alunos. Discute as exigências quanto à formação dos professores envolvidos no programa (exigências estas feitas pela Capes) vis a vis a baixa remuneração e ausência de direitos trabalhistas.

Ainda prosseguindo nesta apresentação, numa linha mais histórica, artigo de Moacyr Freitas Júnior apresenta hipótese sobre a contribuição de Roberto Simonsen para a formação da Escola Livre de Sociologia e Política – ELSP – em São Paulo. Parte da evidência da personalidade de Simonsen como um intelectual e empresário que advoga o fim do **subdesenvolvimento** como uma função a ser resolvida pelo incentivo à ciência e à racionalização. Talvez por isso a crítica feita por Simonsen incide sobre a não isenção da Sociologia brasileira, anos 50 do século XX, suposta como mais comprometida com interesses sociais do que com o conhecimento. Para realizar este compromisso **cientificista** seria necessária a construção de um pensamento e de uma prática científica, ou seja, à busca de fundamentação metodológica e de pesquisa empírica poderiam superar o **ensaísmo** das Ciências Sociais no Brasil. As questões sociais, nesta perspectiva conservadora, seriam equacionadas pela operação de um esforço científico. Assim, seria necessário buscar o equilíbrio entre as classes diminuindo a disputa entre capital e trabalho.

Finalmente, deixando os estudos do Brasil, apresentamos a colaboração de Cabanas, Doppler e Sacco dos Anjos. Relatam pesquisa com entrevistas com

camponeses e índios que praticam a economia solidária realizada no estado de Chiapas, no México. Trabalhando com a dupla referência **local** e **global** buscam compreender o modo como esta integração vem ocorrendo nos quadros e proposições de **comércio justo**, ou seja, nova institucionalidade que se propõe a coadunar uma produção que não agrida o meio ambiente, com produtos certificados e direcionados para dado mercado preferencial, que opere em defesa da equidade e da inclusão. Conforme os autores, o comércio justo surge no contexto da des-regulação pelo estado mexicano dos produtos dos camponeses.

Tem como hipótese que a presença de tais orientações e normatizações acabam por agredir as comunidades. A integração teria efeitos perversos sobre as economias camponesas. De fato, recolhem evidências de que ocorre um descolamento entre as proposições de institucionalização do comércio justo, realizada pela ONG *Fair Trade Labelling Organizations International* – FLOI – que de fato integrariam as produções aos mercados, mas apagariam características da economia camponesa, especialmente aquelas fundadas nas normas de coesão social de tipo comunitário.

Leila de Menezes Stein